



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8195

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votados ou não tramitados

Autoria: Frank Wanderley de Lima

Data: 02/08/2011

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 123/2011. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a regulamentação do porte de arma de fogo por agentes policiais, no exercício da atividade, no interior de boates, casas de eventos, shows, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 26.6

Posição: 61

Número de folhas: 08

Espécie: PL
Categoria: Não votado
Cl: 26.6
Ordem: 61
nº fls: 06



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 123/2011.

AUTOR:

Ver. Frank Wanderley de Lima

ASSUNTO:

~~Dispõe sobre a Regulamentação do Porte de Arma de Fogo por Agentes Policiais no Interior de Boates, Casas de Eventos, Shows e dá Outras Providências.~~

Entrada em 02/08/2011

Comissão de Legislação e Justiça

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

As comissões
09/08/2011



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS\MG

Gabinete do Vereador Frank Wanderley de Lima

PROJETO DE LEI Nº 123 /2011

“Dispõe sobre a regulamentação do porte de arma de fogo por agentes policiais no interior de Boates, Casas de Eventos, Shows e dá outras providências.”

O povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O porte de arma de fogo, no exercício da atividade policial, no interior das casas de Show, boates e similares, deverão ser comunicados aos proprietários e organizadores dos mesmos, para fins de identificação e maior cautela acerca do seu uso, mediante prévio preenchimento de registro de identificação do Agente Policial portador.

Art. 2º O porte de arma de fogo no interior dos estabelecimentos comerciais acima e seus similares, deverá ser precedido de preenchimento obrigatório de ficha ou registro individual de identificação, no qual deverá constar, nome do agente, órgão, modelo da arma, fins de uso; Objetivo do porte;

§ 1º Também deverá ser preenchido e assinado termo de responsabilidade pessoal do agente sobre qualquer dano que causar ao referido estabelecimento comercial e a terceiros, sem prejuízo das demais medidas cíveis e criminais cabíveis.

§ 2º A ficha de identificação previa deverá ter caráter sigiloso, sendo de responsabilidade dos representantes legais pelo estabelecimento qualquer divulgação acerca das informações ali contidas.



§ 3º Caso o agente policial não se identifique espontaneamente como portador de arma de fogo, o estabelecimento comercial deverá, assim que tomar conhecimento do porte de arma em suas dependências, notificar dentro de cinco dias, o órgão a qual o agente é vinculado, acerca do descumprimento da presente norma;

§4 Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão possuir detectores de metal aos quais todos os seus clientes serão submetidos.

§5 O não cumprimento do parágrafo anterior implicará em multa de 40 salários mínimos.

Art. 3º Toda vez que o agente policial portar ou utilizar arma de fogo dentro dos estabelecimentos comerciais do caput desta lei, o agente deverá comunicar ao órgão a qual é vinculado para fins de registro de ocorrência; para fins de verificação da legalidade de seu emprego e ou porte, no prazo de 5 dias a contar do ingresso no estabelecimento comercial, apresentar relatório circunstanciado, no qual deverão constar, obrigatoriamente:

- I – local, data e hora em que se deu o porte ou uso da arma de fogo;
- II – identificação da arma disparada e número de disparos realizados;
- III – descrição sumária da situação delituosa que determinou o uso do armamento;
- IV – descrição dos procedimentos adotados antes do emprego da arma de fogo; e
- V – razão determinante do emprego de arma de fogo.

§ 1º Em caso de emprego ou uso de arma de fogo no interior dos estabelecimentos comerciais de que trata esta lei, estes deverão lavrar termo circunstanciado, mediante duas testemunhas, e enviá-lo via carta registrada, no prazo de 5 dias, ao órgão a qual o agente policial seja vinculado .

Art. 5º Será dispensado do cadastro\ registro prévio de identificação o agente policial portador de previa autorização judicial, da qual constará, especificamente, a permissão para sua não identificação;

Art. 6º Será aplicada multa de 40 salários mínimos aos agentes que deixarem de preencher o registro identificador prévio, salvo mediante autorização judicial.

Art. 7º Será aplicada multa de 40 salários mínimos aos estabelecimentos tratados nesta lei que não exigirem o preenchimento da ficha de registro prévio.

Art. 8º Esta lei entra em vigor após publicação oficial.

Câmara Municipal de Montes Claros, 02 de Agosto de 2011.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Frank Wanderley de Lima', is written over the printed name.

Frank Wanderley de Lima

Vereador

CANADA MUNICIPAL DE L. CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 02 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Frank Wanderley de Lima

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que ora apresentamos, busca estabelecer regras de conduta para que o agente policial e as casas noturnas, boates e casas de eventos possam exercer suas atividades com maior segurança e conforto a todas as pessoas.

Em que pesem as razões de sigilo profissional dos agentes policiais e importância das operações investigativas, esta não pode ser privilegiada em detrimento a segurança e integridade física dos frequentadores de boates, eventos e casas de show.

Não é justo que centenas de pessoas se arrisquem, em ambientes lotados, com grande consumo de álcool, desentendimentos constantes, ao lado de Agentes armados, sob a frágil escusa do desempenho de suas atividades policiais.


Esta é uma proposição relevante quando não se admite, hoje, a cegueira da realidade no qual a violência pode atingir pessoas que estão apenas se divertindo.

A ninguém é lícito praticar uma ilegalidade, ainda mais daqueles que devem primar seu cumprimento, e em especial proteger pessoas, não coloca-las em risco.

O abuso do poder conferido pelo estado é inescusável. Cabe a nós auxiliar as forças de segurança a coibir tais abusos.

Assim, o presente projeto de lei visa servir de marco para uma discussão que finalizará com a definição de uma norma legal que permita serem coibidos os atuais abusos de autoridade, no exercício da atividade policial, espero contar com o apoio dos/as nobres.

Câmara Municipal de Montes Claros, 02 de Agosto de 2011.


Frank Wanderley de Lima
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 123/2011 QUE “Dispõe sobre a regulamentação do porte de arma de fogo por agentes policiais no interior de Boates, Casas de Eventos, Shows e dá outras providências”, de autoria do Vereador Frank Wanderley de Lima.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto tem como escopo regulamentar do porte de arma de fogo por agentes policiais no interior de Boates, Casas de Eventos e Shows.

Entretanto, ao nosso sentir, referido projeto revela-se ilegal, uma vez que pretende regulamentar o porte de arma de fogo no exercício da atividade policial, sendo que a iniciativa de leis que versem sobre o porte de arma de fogo é exclusiva da União.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de agosto de 2011.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 123/2011

AUTOR: Ver. Frank Wanderley de Lima

MATÉRIA: “Dispõe sobre a Regulamentação do Porte de Arma de Fogo por Agentes Policiais no Interior de Boates, Casas de Eventos, Shows e dá Outras Providências.”

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 02/08 /2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/08/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O referido projeto tem como objetivo regulamentar o porte de arma de fogo por Agentes Policiais no interior de boates, casas de eventos, shows e dá outras providências.

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o mesmo contraria dispositivos constitucionais, tendo em vista que matéria que regulamenta porte de arma de fogo é de iniciativa reservada à União, não sendo outorgado ao legislador municipal a competência para legislar sobre tal assunto.

Desta forma, a presente proposição incide em vício de iniciativa, revelando-se o Projeto de Lei, em questão, ilegal e inconstitucional.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade da presente proposição.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2011.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá

A. Silva

Vice-Presidente – Ver. Athos Mameluke Mota:

[Assinatura]

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

[Assinatura]